

Resenhas

Giovanni Arrighi, *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo, Boitempo, 2008, 432 pp.

Wagner de Melo Romão
Doutorando em Sociologia pela FFLCH – USP

A partir de meados dos anos de 1970, tem início o declínio dos Estados Unidos como líder incontestado do sistema internacional. Desde aqueles anos, pesquisadores têm buscado identificar indícios de qual país ou grupo de países poderá substituir os Estados Unidos como *hegemon* mundial. O sociólogo italiano Giovanni Arrighi é um desses estudiosos.

Arrighi persegue – pelo menos desde a publicação nos Estados Unidos de *O longo século XX*, em 1994 – o tema da progressiva recuperação do Leste asiático como centro econômico mundial, posição perdida para o Ocidente pan-europeu (Estados Unidos incluídos) desde a metade do século XIX. Naquele livro, depois de passar em revista todo o processo de transferência de hegemonias do capitalismo histórico – em que se sucederam como *hegemons* Gê-

nova/Ibéria, Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos –, Arrighi depara-se com o crescimento assombroso do Japão no pós-guerra. Em princípio financiados pela pujança norte-americana, nos anos de 1980 os japoneses haviam invertido essa situação, desembolsando “um imenso volume de capital para respaldar os déficits das contas externas e o desequilíbrio fiscal interno dos Estados Unidos”¹.

O conceito schumpeteriano de intercâmbio político, reformulado por Arrighi, prevê que o ente hegemônico do capitalismo histórico se articula na relação entre dois atores: o que detém capital e aquele que possui força político-militar. No contexto da crise nos Estados Unidos e do crescimento econômico no Leste asiático, o epílogo de *O longo século XX* sugeria que um novo pacto entre a potência econômica ascendente, o Japão, e a águia guerreira norte-americana poderia formular novas bases para a acumulação capitalista no final do milênio.

A hipótese de uma combinação bilateral entre economia e política – que lembraria a relação entre Gênova (capital) e Espanha e Portugal (força político-militar) no século XVI – cai por terra com a ascensão da China. Nos anos de 2000, a China – que já era considerada líder regional por sua população, extensão territorial e relativa posição de força no Extremo Oriente – extrai de seu galopante desenvolvimento econômico a posição de séria candidata a *hegemon*. Tem como rival os Estados Unidos, enfraquecidos pelo atoleiro iraquiano, à beira da depressão e com seu fantástico déficit em transações correntes financiado pelo Japão e cada vez mais pela China (p. 202). Essa virada histórica acentua a possibilidade de equalização do poder mundial, como previu Adam Smith, entre o Ocidente conquistador e o não Ocidente conquistado (pp. 18ss.).

A proposta investigativa de Arrighi é ambiciosa: trata-se de perceber as conexões entre o que fazia da China a grande economia mundial até meados do século XIX e o que torna possível que seja ela, nos dias atuais, a protagonista do mais fantástico ressurgimen-

to econômico de que se tem notícia. Essa linha é perseguida pelo autor ao longo do livro, o que torna sua leitura bastante instigante, daquelas que se quer concluir rapidamente para se conhecer o desfecho.

O livro divide-se em quatro partes. De início, Arrighi busca demonstrar como o caminho “natural” de desenvolvimento econômico, preconizado por Adam Smith, baseado no incremento do mercado interno a partir do aprimoramento da agricultura e do comércio, conformou a economia chinesa até o fim de seu período imperial. Em contrapartida, embora tenha sido a sede da ideologia do livre mercado, a Europa havia determinado seu crescimento econômico a partir do ambiente externo, impulsionada pelas conquistas territoriais no continente americano. Esse caminho “antinatural” europeu explicaria o que Kenneth Pomeranz chama de Grande Divergência, em que a Europa, impulsionada pela Revolução Industrial, ergue sua curva de crescimento, enquanto o Leste asiático entra em forte declínio.

Na segunda parte, Arrighi retoma algumas das formulações de *O longo século XX* e de *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*², em uma analítica que expõe os fundamentos da atual crise econômica, de raízes situadas no início dos anos de 1970. Em síntese, trata-se de explicar como a queda da taxa de lucro naquela década gerou um aumento da financeirização da economia e fez com que o capital empenhado na produção buscasse a mão de obra barata dos países do Terceiro Mundo, sobretudo no Sudeste asiático. Quando o fracasso do Vietnã os fragilizou, os Estados Unidos tentaram se sustentar com uma política monetária frouxa, que impulsionou uma forte expansão do crédito, mas sem aumento de demanda comparável na economia real. Com dinheiro barato correndo o mundo, os dólares emitidos pelo Federal Reserve perderam valor, aprofundando a crise de hegemonia dos Estados Unidos.

Arrighi sugere, na terceira parte, que o 11 de setembro de 2001 teria possibilitado aos Estados Unidos a deflagração de sua última cartada com o intuito

de manutenção da liderança mundial. O Projeto para o Novo Século Norte-Americano, desenvolvido pelos falcões e acolhido pelo Congresso e pela população amedrontada, recolocou os Estados Unidos na rota das guerras imperialistas. No entanto, a invasão do Iraque e a tentativa de controlar as maiores reservas de petróleo do mundo se tornaram custosas demais. Aumenta o déficit público e a dependência financeira do império com relação às potências ascendentes, sobretudo China, que Arrighi compreende ser a grande vencedora da guerra do Iraque.

Por fim, na quarta parte do livro, além de uma vigorosa análise do recente debate de intelectuais norte-americanos sobre como lidar com a “ascensão pacífica” chinesa, Arrighi encontra os fundamentos históricos do caminho “natural” chinês de desenvolvimento econômico, do século XII até os dias atuais. A ênfase, é claro, se dá na estratégia para a retomada do crescimento econômico nos últimos vinte anos.

A crise de hegemonia norte-americana não se refere apenas à perda de credibilidade de sua posição como força invencível ou à sua *débâcle* econômico-financeira. O próprio *american way of life*, que sustentou a pujança consumista da maior economia do mundo e a admiração de populações de todos os países, aparece como o grande responsável pela devastação ecológica de nosso tempo. A mensagem final de *Adam Smith em Pequim* refere-se a essa questão. No momento em que a via “natural” chinesa se encontra com o “caminho extrovertido da Revolução Industrial”, é o mundo capitalista como um todo que se modifica. Como diz Arrighi, “o fato é que nem mesmo um quarto da população da China e da Índia pode adotar o modo norte-americano de produzir e consumir sem matar por sufocação a si mesmo e ao resto do mundo” (p. 392). A conquista da hegemonia mundial pelos chineses dependerá das decisões a serem tomadas no futuro próximo. Se o novo ciclo de desenvolvimento no Leste asiático respeitar os limites impostos pelo planeta pode ser que a China consiga se elevar como modelo para os outros países.

Notas

1. Giovanni Arrighi, *O longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Editora da Unesp, 1996.

2. Rio de Janeiro, Contraponto/UFRJ, 2001.

Nico Stehr, *Die Moralisierung der Märkte. Eine Gesellschaftstheorie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2007, 379 pp.

Stefan Fornos Klein

Doutorando em Sociologia pela FFLCH – USP

No âmbito do debate que envolve os limites da teoria da ação, o renomado sociólogo alemão Nico Stehr apresenta em seu mais recente livro, *A moralização dos mercados: uma teoria da sociedade*¹, sua contribuição a essa disputa. Ele sustenta que as mudanças sociais e econômicas estruturais, ocorridas na sociedade capitalista durante o século XX, clamam pela alteração do cerne do olhar teórico. Para recorrer às palavras do autor: “[...] a premissa da obra de Émile Durkheim continua válida, e a moral social se altera com a mudança no meio social dos seres humanos” (p. 13). Dessa feita, Stehr contrapõe-se àquela vertente da abordagem econômica que compreende a racionalidade humana como única e perene.

São dois os principais pontos a balizar essa tese: (i) o predomínio histórico da teoria da produção – tanto nos estudos das ciências sociais como na economia – em detrimento do enfoque voltado ao consumo, sendo que este passa a ocupar um lugar cada vez mais destacado no “lado real” da economia; (ii) ao mesmo tempo, o fato de elementos não exclusivamente monetários (ou financeiros) terem participação cada vez maior na tomada de decisão dos indivíduos quanto ao consumo, dando espaço ao que ele denominará de decisões *morais*. Elas são impulsionadas por diversos fatores, entre os quais ele dá premi-

nência a dois: (a) a crescente disseminação do bem-estar nas sociedades modernas, ainda que, como frisa o autor, seja mal distribuído; (b) um aumento na *Wissenheit* (*knowledgeability*) – que opto por traduzir pelo termo “cognoscibilidade”.

Retomando a controvérsia da definição de “moral” juntamente com a de ética, Stehr afirma que tais antecedentes não impedem o uso do conceito. “Uma moralização dos mercados, em contraponto, não significa que normas morais ‘superiores’, ‘mais civilizadas’, ‘mais humanas’ ou até mesmo claramente ‘duráveis’ repentinamente dominem os acontecimentos econômicos como um todo” (p. 15). Trata-se, portanto, de um ponto de vista orientado à *ação* dos indivíduos, e que, por isso, entende como condicionante fundamental, no esteio de outras obras de Stehr, o crescente acesso ao conhecimento – e sua importância – que se fez presente, em especial, no período pós-guerras.

Em linha com a sociologia econômica recente, ele retoma a reconstrução histórica elaborada por Karl Polanyi em *A grande transformação*, obra amplamente deixada de lado na literatura estritamente econômica. No vasto espaço dedicado ao debate da origem, conceituação e crítica do mercado, Stehr reserva uma entre as nove partes de seu livro à genealogia do mercado, filiando-se ao viés interpretativo da construção social do mercado. Concomitantemente, mobiliza o conceito de enraizamento (*embeddedness*), formulado por Mark Granovetter, como possível vetor pelo qual a moralização se faz presente, dado que os juízos dos consumidores passam não apenas a se nortear por motivos extramonetários, mas com recorrência recusam explicitamente a maximização dos interesses financeiros em benefício do atendimento a outros condicionantes. A consequência essencial consiste na referência a um acoplamento entre o consumo e a produção, obrigando a se pensar essas esferas conjuntamente.

Dessa forma, Stehr objetiva apresentar uma alternativa à polarização desse debate entre os “defen-